

Conservação em tempos de aquecimento

Categories : [A trajetória da fumaça](#)

Hoje foi publicado mais um estudo sobre a importância de unidades de conservação e terras indígenas na redução do desmatamento e suas consequentes emissões de gases danosos à atmosfera. A pesquisa é assinada por cientistas de 13 instituições que reforçam o caráter vantajoso para todos os lados quando essa estratégia é priorizada, principalmente na ausência de regulação global para emissões oriundas de desmatamentos, depois da Conferência do Clima, em Copenhague.

Disponibilizado online na PloS Biology, o artigo sugere que a melhor maneira de começar a agir é cuidar melhor das áreas protegidas já existentes e criar novas. “Essa antiga estratégia do conservacionismo está encontrando novas motivações nos nossos desafios globais mais novos”, disse Taylor Ricketts, principal autor da pesquisa e diretor da WWF.

Os pesquisadores fizeram as contas: no mundo inteiro, as áreas protegidas seguram mais do que 312 bilhões de toneladas de carbono. Só na Amazônia brasileira, o desmatamento nesses locais é de sete a onze vezes menor do que nas áreas não legalmente protegidas. O artigo defende que unidades de conservação e terras indígenas criadas entre 2003 e 2007 podem evitar o desmatamento de pelo menos 227 mil km² até 2050. Isso é mais do que um terço das emissões globais de dióxido de carbono equivalente. (CO₂e)

O custo de criar e gerir as áreas protegidas em países em desenvolvimento é estimado em 4 bilhões de dólares por ano, o equivalente a quatro vezes mais do que é gasto hoje. Mas esse recurso é pouco (cerca de 13%) perto do potencial de captação por projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) que trabalhassem com um preço conservador de 5 dólares por tonelada de CO₂e.

Leia o estudo na íntegra [aqui](#).